

- PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (2003). A Universidade nos paradigmas da Modernidade e da Pós-Modernidade. IN: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas/SP: Autores associados.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena (2010). **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez.
- RIOS, Terezinha Azerêdo (2011). **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez.
- SAVIANI, Dermeval (2010). **Educação em Diálogo**. Campinas, SP: Autores Associados.
- _____ (2010). **Interlocuções Pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação**. Campinas, SP: Autores Associados.
- SEVERINO, Antônio Joaquim (2007). **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez.
- UNIOESTE (2008). **PPP do Curso de Pedagogia**. Francisco Beltrão. Resolução CEPE nº 374/2007.
- YIN, Robert K (2010). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman.

10.4.

Título:

Uma política de inclusão para afrodescendentes em uma Universidade Brasileira

Autor/a (es/as):

Bragança, Maria das Graças Viana [UNIEURO - Centro Universitário]

Resumo:

O Brasil é um país de formação multicultural, mas até então as políticas existentes eram universalistas de conteúdo liberal, isso é direitos iguais para todos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que o Governo Brasileiro se reconheceu como tal e passou a instituir política multiculturalista, também denominada política da diferença ou ação afirmativa ou política de cotas. Essa política contempla os grupos considerados excluídos e objetiva minimizar os conflitos e problemas gerados na sociedade. Várias mudanças ocorreram nas instituições de ensino superior brasileiras, com a implementação dessa política para afrodescendentes. Este artigo é parte de uma dissertação de Mestrado em Ciência Política e visa analisar as vantagens e desvantagens do ingresso de beneficiários no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB). Realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas

com 20 alunos cotistas do Curso de Pedagogia dos turnos matutino e noturno. Um dos principais resultados gerais foi o reconhecimento da identidade racial e o despertar do interesse pela cultura negra na universidade e proporcionar mudanças no ensino e na qualidade de vida das pessoas negras. Nove alunos (45%) dos entrevistados apontaram como a principal vantagem do sistema de cotas o fato de ser facilitador para os estudantes que não tiveram oportunidades de frequentarem boas escolas, no ensino básico para ingressem na UnB. Para dez alunos (50%), as vantagens das cotas iam além do ingresso e agregaram a este fato a questão da diversidade, uma vez que a universidade, com isso, tornava-se mais plural, diversificada e menos elitista. Somente uma aluna (5%) do universo pesquisado afirmou não ver vantagem no ingresso do sistema de cotas e que este estava gerando preconceito. Portanto, o mérito da política de cotas está em facilitar a inclusão dos negros e de índios. Quanto às desvantagens, foram apontados os seguintes itens: ser apenas para negro; ser desconhecida por muitos; gerar outra forma de preconceito; ser uma medida superficial e emergencial; haver pouco apoio ao cotista na UnB. Houve divergências entre as respostas dos entrevistados, o que demonstra que a política de cotas precisa ser repensada, já que é um processo novo e que ainda está em implementação, requerendo ajustes para atingir os verdadeiros objetivos. Assim, esta pesquisa se torna uma porta aberta para novas pesquisas e discussões.

Palavras-chave:

Política de ação afirmativa. Cotas. Estudantes. Inclusão.

Introdução

O termo multiculturalismo, apesar de universal, é compreendido sob diferentes pontos de vista. Os liberais pregam direitos iguais para todos, desconsiderando as diferenças e primando pela homogeneização das culturas. É fato que os indivíduos de diferentes culturas vivendo juntos absorvem, em determinado momento, valores de outras culturas (Hall, 2006).

As sociedades multiculturais são constituídas por indivíduos das mais diversas culturas e etnias, vivendo em espaços comuns e que devido às suas diferenças acarretam uma série de conflitos. Como forma de soluções para esses conflitos se apresenta a política do multiculturalismo. O multiculturalismo é um termo de uso universal. Não chega a ser uma doutrina, está em processo de construção e, portanto, recomenda

Hall (2006), deve ser usado “sob rasura”⁴ O mesmo autor afirma que o tratamento diferencial acontece com a adoção de políticas de discriminação positiva ou ação afirmativa que permitem às pessoas pertencentes a grupos menos favorecidos o direito de competir por empregos e vagas nas universidades. Isso é uma situação justa em decorrência da discriminação histórica sofrida por esses grupos.

Existe atualmente um grande número de sociedades multiculturais, como por exemplo: a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, França, Canadá, formadas por culturas diferentes, heterogêneas. Porém, muitas delas são pautadas em princípios liberais - direitos iguais para todos sem respeitar as diferenças, sem reconhecer ou legitimar as particularidades dessas culturas.

Os movimentos organizados, tais como o movimento feminista, o movimento negro, entre outros, que vivem nessas sociedades multiculturais, lutam por uma política de reconhecimento. Encontram-se, na maioria das vezes, excluídos das políticas públicas dessas sociedades ou, se têm algum benefício, é por meio de políticas universalistas, sem levar em consideração as suas singularidades. A exigência de reconhecimento por parte desses grupos adquire certa urgência pelo fato da “suposta relação existente entre reconhecimento e identidade, esta entendida como a maneira do sujeito ver a si mesmo, com as suas características fundamentais que fazem dela um ser humano”. (Taylor, 1994, p. 45). A forma como se processa o reconhecimento vai produzir efeitos que poderão ser benéficos ou nocivos às relações sociais e pessoais e na construção da autoestima desse sujeito. Taylor (1994) afirma que o reconhecimento incorreto ou não reconhecimento podem agredir, reduzir a pessoa a uma maneira que pode ser falsa, distorcida, que pode levá-la a não gostar de si própria. Portanto, o correto reconhecimento não é uma delicadeza, mas uma necessidade prioritária para todo o ser humano.

Na busca da promoção de oportunidades iguais para os grupos que sofreram ou sofrem discriminação e exclusão, as ações afirmativas têm sido adotadas na legislação antidiscriminatória de vários países. No Brasil, as ações afirmativas, como as cotas para negros nas universidades, têm por finalidade promover a sua inclusão universitária, tornando a universidade menos elitista, mais diversificada e plural, o que condiz com a real situação do país que é multicultural.

Existem vários conceitos de ações afirmativas. Um dos mais citados na literatura sobre o assunto é o elaborado por Gomes (2001)

⁴ Conceitos-chave que não foram dialeticamente superados, mas que não existem outros inteiramente diferentes, para substituí-los, portanto não existe nada a fazer, senão a continuar a se pensar com eles.

As ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, para combater à discriminação racial, de gênero, de cor, de sexo e de origem nacional e que visam também corrigir os efeitos vigentes da discriminação praticada no passado; com tais políticas busca-se a efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (2001, p. 40)

Tal denominação só apareceu na década de 60, quando foi introduzida no Direito dos Estados Unidos da América. Vieira (2003) afirma que esta introdução aconteceu através da Ordem Executiva nº. 10.915, de 6 de março de 1961, de autoria do presidente Kennedy, pela qual instituiu a Comissão Presidencial sobre Igualdade no Emprego e, depois, com a decretação da Lei dos Direitos Civis de 1964 -Ordem Executiva nº. 11246 do presidente Lyndon Johnson.

A adoção das políticas de ação afirmativa representou uma “mudança de postura do Estado, que em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça e cor” (Vieira, 2003, p.39). A justificativa para adoção dessas políticas de ações afirmativas é que essas ajudam as vítimas atingir objetivos notadamente inalcançáveis, se o combate à discriminação se limitasse às leis meramente proibitivas. Estas ações não têm apenas o objetivo de coibir a discriminação, mas também a implantação de uma maior representatividade dos grupos minoritários nos diversos campos de atividade, tanto público como privado.

No Brasil, as reivindicações por uma política de reconhecimento ou política de ação afirmativa começaram a acontecer somente na última década do século XX. Antes desse período, se limitavam a militância do Movimento Negro Unificado [MNU] e entre historiadores, sociólogos, antropólogos ao longo do século XX. Entretanto, não receberam a devida atenção por parte dos governantes, sociedade civil e empresa, porque se acreditava que não existiam diferenças entre afrodescendentes e brancos, por conta de uma falsa democracia. Atualmente, vêm acontecendo debates, aparecimento de correntes favoráveis e contra, não se restringindo somente aos grupos organizados, adentrando as universidades, levando professores, alunos e funcionários administrativos a exporem os seus posicionamentos diante desta política. Também o tema já é discutido pelos governos estadual, federal e municipal. (Bragança & Oliveira, 2005; Siss, 2003).

A Constituição de 1988 criou um clima favorável a programas de ações afirmativas no Brasil. O debate a nível nacional aconteceu por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Zumbi, em 20 de novembro de 1995 (Silva, 2003). O MNU realizou um ato de protesto que ficou conhecido pelo nome Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Nesse período, foi entregue pelos organizadores do movimento ao, então, Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um

documento falando sobre a situação do negro e um programa de ações para o combate ao racismo e às desigualdades raciais no país (Jaccoud & Benghin, 2002). Entre as mais diversas reivindicações, dois itens constantes do documento eram específicos sobre a educação: “Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, gratuita e de boa qualidade” e “Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e as áreas de tecnologia de ponta”. (MNU, 1996. p. 24).

Após esta marcha, as reivindicações da população negra passaram a contar com o apoio do governo federal e, por decisão do próprio presidente, aconteceu em Brasília o Seminário Internacional-Multiculturalismo e Racismo: O papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, que contou com a participação de estudiosos sobre o assunto, do Brasil e dos Estados Unidos da América. O seminário serviu para a troca de experiências entre os dois países, tal como as diferenças entre o racismo existente nos EUA e o existente no Brasil. Foram debatidas medidas que possibilitassem a implementação de ações afirmativas em reparação aos danos causados aos afrodescendentes no período da escravidão e que se fazem sentir até o momento atual (Carvalho, 2002).

Todos esses fatos até aqui citados são de grande representatividade para a população negra, mas o fato de maior relevância foi a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001. Segundo Carvalho (2002), nessa conferência o governo brasileiro reconheceu a existência da discriminação racial no país e, portanto, várias ações afirmativas começaram a ser postas em prática em resposta às demandas da sociedade nacional e da comunidade internacional, agora cientes da desigualdade racial existente no país. A maior contribuição da Conferência de Durban para a questão racial, no caso brasileiro, foi o reconhecimento da existência da prática do racismo e da discriminação racial e o comprometimento, perante a comunidade internacional integrantes dessa Conferência, de por em práticas as ações consignadas no plano de ação, constantes do documento resultante da Conferência, em favor das minorias, a exemplo dos índios e negros.

As primeiras universidades públicas a adotarem o sistema de cotas foram: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Norte Fluminense, a Universidade Estadual da Bahia. A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a aderir à política de cotas para afrodescendentes.

A pesquisa

Objetivos

O objetivo desse artigo é apresentar uma análise sobre as vantagens e desvantagens do ingresso de beneficiários no curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da UnB.

Método

Foi utilizado o método qualitativo que, na opinião de Haguette (2005), permite ao pesquisador entender o fenômeno social estudado dentro de uma visão mais aprofundada. Bauer e Gaskel (2002) afirmam que esse método não é para contar pessoas ou opiniões, mas é apropriado para explorar o espectro das opiniões, sendo um método muito utilizado em várias disciplinas, especialmente nas Ciências Sociais. Segundo Richardson, Peres, Wanderley, Correia e Peres (1999) a metodologia qualitativa ajuda descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos, permitindo que grupos sociais expressem suas opiniões, pois dá voz ao participante. Isso permite que a análise seja realizada com maior riqueza de detalhes. Portanto, o método foi condizente para a pesquisa, que explorou e qualificou opiniões sobre o assunto em questão.

Participantes

Os alunos escolhidos para participar da pesquisa foram os que ingressaram na UnB pelas cotas para afrodescendentes (pretos e pardos) no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, na UnB. Como se pretendia averiguar se os alunos cotistas sofriam algum tipo de preconceito por parte dos seus professores ou dos alunos não cotistas e esse tipo de fenômeno só é perceptível com a vivência, foram excluídos os alunos que ingressaram pelas cotas no primeiro semestre de 2007.

A escolha de estudantes do Curso de Pedagogia se deu pelos seguintes motivos:

- a) o curso forma profissionais da educação que deverão lidar em sala de aula com a questão da diversidade e que implica em respeito às diferenças;
- b) o curso é o que oferece o maior número de vagas para alunos cotistas. Esses futuros educadores, formados em Pedagogia devem ser os disseminadores da educação multicultural. O que se espera é que estejam preparados não só com teorias, mas também emocionalmente e com um elevado grau de autoestima, preparados para atuar dentro de uma nova visão.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas em profundidade ou entrevistas não estruturadas, no período de 20 de março a 23 de abril de 2007. A entrevista não estruturada segundo Richardson et al (1999, p. 208) “procura

saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita”, além de permitir uma maior proximidade e interação entre os indivíduos, um componente fundamental para a pesquisa no campo das Ciências Sociais. Essa proximidade entre o entrevistador e o entrevistado possibilita uma melhor penetração na mente e na vida dessas pessoas, uma maior interatividade entre ambas.

Utilizou-se um roteiro, dividido em três partes: na primeira parte constavam os dados pessoais dos entrevistados; a segunda parte era constituída pelas seguintes perguntas abertas:

- Você tem interesse no estudo de cultura brasileira e negra? Você procura os cursos oferecidos pela universidade?

- Você acha que o sistema de cotas contribui para a sua valorização, o seu reconhecimento como pessoa?

- Você sentiu alguma inibição em declarar-se negro no momento da inscrição no vestibular, e em outros momentos? Se positiva a resposta: o que você tem a dizer a respeito?

Foram realizadas 20 entrevistas. Esse número está de acordo com o recomendado por Gaskell (2002) afirma que a quantidade de entrevista seja entre 15 a 25. Um número maior não quer dizer que a entrevista apresentará melhor qualidade. Conforme esse autor, em determinado momento as respostas não apresentam mais novidades, é o ponto que ele chama de saturação do sentido, é hora de finalizar.

A duração de cada entrevista variou de 15 minutos a 75 minutos. Das 20 entrevistas, sete foram indicadas pelo Assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas, outra foi por indicação do Coordenador do Centro Acadêmico de Pedagogia, as demais foram por indicação de alguns entrevistados e outras foram através de abordagem realizadas por esta pesquisadora.

A realização das entrevistas demandou bastante tempo, paciência, persistência e controle emocional. Foi um processo árduo, devido às diversas barreiras colocadas pelas pessoas que nem sempre estavam dispostas a falar sobre suas experiências e impressões pessoais, ainda mais, para um desconhecido. Outro fator foi o tempo: as pessoas reclamavam de escassez de tempo para dar entrevistas, embora sempre procurasse fazê-la em horários sugeridos por eles mesmos, tais como: intervalos de aula, antes ou após as aulas – isso nos três turnos.

Análise documental preliminar à entrevista

Com esta análise buscou-se conhecer as regras da universidade, bem como as informações dos vestibulares anteriores em que se adotou a política de cotas. A condição exigida pela universidade para ser aluno cotista é que seja preto ou pardo. O primeiro vestibular da UnB que incluiu o sistema de cotas foi realizado no 2º semestre, em 12 de julho de 2004. Pelos dados apresentados no Boletim Informativo do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos [CESPE] 2º Vestibular de 2004, o total de inscritos foi de 27.397; desses, 4.194 concorreram pelo sistema de cotas. O número de vagas oferecidas foi de 1994, sendo 1602 para o sistema tradicional ou universal e 392 para o sistema de cotas.

Do total de vagas oferecidas desde o primeiro vestibular, pelo sistema de cotas, até o último realizado no primeiro semestre de 2007, as vagas destinadas para o Curso de Pedagogia perfaziam 105 vagas. Mas, por ocasião da pesquisa, constatou-se que 93 alunos cursavam Pedagogia; desses, 61 no período diurno e 32, no noturno. O número de vagas não ocupadas se mostrou insignificante.

Apesar de muitos alunos escolherem Pedagogia somente pelo fato de quererem ingressar numa universidade, não tem havido muita desistência ou mudança de curso, fato que deve ser creditado à boa qualidade do Curso de Pedagogia ministrado pela UnB. O Curso de Pedagogia da UnB, conforme informações do site da Faculdade de Educação da referida universidade, possibilita as seguintes habilitações: licenciatura plena em magistério das matérias pedagógicas do 2º grau, magistério para educação especial - deficiência mental, magistério para início de escolarização, orientação educacional em exercícios escolares de 1º e 2º graus e exercícios de início de escolarização.

Existiam, no Curso de Pedagogia, 1.096 alunos; destes, 724 estudavam no turno diurno, sendo que 61 eram cotistas. No turno noturno, são 372 alunos, sendo apenas 32 cotistas, conforme dados fornecidos pelo chefe da Seção de Registro de Graduação da UnB, senhor Francisco Edson S. Bacelar em 09 de março de 2007. Segundo Jaques Gomes de Jesus, assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas e coordenador do Centro de Convivência Negra [CCN], da UnB existiam até o 2º semestre de 2007, um total de 2100 estudantes cotistas na UnB.

A implementação da política de cotas na UnB é vista pelos seus defensores como uma medida necessária, uma vez que é um meio de permitir aos afrodescendentes ocuparem um espaço considerado elitista. Elas foram instituídas com a finalidade de incluir, mudar esse perfil exclusivo existente nessa universidade.

Conforme proposta para implementação do sistema de cotas na UnB, elaborada por José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, recomendava o critério da auto declaração para o candidato concorrer pelo sistema de cotas. Qualquer “pessoa que se considera negro na nossa sociedade poderá inscrever-se pelas cotas; os candidatos deverão estar dispostos a assumir o ônus social de serem identificados como negros” (Carvalho, 2006, p.48). Os argumentos adotados por eles para fundamentar o critério da autodeclaração

baseiam-se nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], no ano de 1976, onde apareceram 135 nomes de cores. Também, a Folha de São Paulo, em 1995, em uma pesquisa, apontou um total de 148 nomes; embora, tenha havido grande diversidade, as que prevaleceram foram as cinco categorias (branca, parda, negra, indígena e amarela), as quais são utilizadas pelo IBGE, para classificar as pessoas quanto à característica cor ou raça (Carvalho, 2006).

Análise das entrevistas e resultados

Logo após a transcrição *verbatim* das entrevistas, foi realizada análise de conteúdo, levando em consideração o *corpus* de texto, que segundo Bardin (2004) são os textos obtidos a partir da transcrição das entrevistas realizadas. A escolha pela análise de conteúdo se deu porque essa permite reconstituir indicadores, cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, e ainda compará-los entre comunidades (Bauer, 2002). O autor afirma ainda que esse método facilita a interpretação das informações coletadas através de entrevistas e, portanto, era o indicado para essa pesquisa. Esse tipo de método permite ao pesquisador realizar uma análise com riqueza de detalhes, pois as análises dos resultados não se limitam as informações descritivas, como também, é possível se agregar os gestos, a entonação da voz. A análise de conteúdo é definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2004, p. 27).

Os resultados obtidos pela análise de conteúdo foram os a seguir relacionados.

1. Reconhecimento da identidade racial e o despertar do interesse da cultura: 14 estudantes (70%) responderam positivamente e seis (30%), negativamente.
2. Interesse dos estudantes pela cultura negra: 17 estudantes (85%) afirmaram ter interesse, mas somente oito deles já fizeram cursos relacionados com o tema; cinco procuraram fazer, mas alegaram que era difícil arranjar vaga na disciplina; quatro tinham problema de incompatibilidade de horário. Esse fato está retratado nas falas a seguir:⁵

Olha! Sempre procuro assim disciplinas que falam sobre essas coisas, cultura, porque eu estou fazendo Pedagogia e é importante para o meu curso. Mas, assim esses cursos que tem semana de extensão, eu costumo sempre pegar; diversidade cultural, eu costumo pegar. (Gloria, 20 anos, em 20.10.2007)

⁵ Todos os nomes dos alunos aqui citados são fictícios, com a finalidade de preservar a identidade pessoal.

Sim, inclusive eu estou fazendo um projeto que é sobre as várias culturas, que é o multiculturalismo. Porque eu gosto muito dessa área. Acho que é de suma importância para todo mundo, ainda mais, que trabalhando com pedagogia que agente vai lidar com várias pessoas, então eu acho que é importante a gente saber sim. Eu procuro. (Ana, 20 anos, 21.03.2007)

3. Questão cultural: 17 alunos tinham interesse, mas enfrentavam o problema de falta de vagas nas disciplinas correlatas ao assunto. Além disso, as disciplinas que tratavam da pluralidade cultural, a exemplo do multiculturalismo, diversidade cultural, eram oferecidas no currículo para a área de Pedagogia da Faculdade de Educação na UnB, como disciplinas optativas.

4. Vantagens do sistema de cotas: nove alunos (45%) dos entrevistados apontaram como a principal vantagem do sistema de cotas o fato de ser facilitador para os estudantes que não tiveram oportunidades de frequentarem boas escolas, no ensino básico para que ingressem nas universidades e, no caso deste estudo, na UnB; para dez alunos (50%), as vantagens das cotas iam além do ingresso e o motivo dado foi que com isso a universidade tornava-se mais plural, diversificada e menos elitista.

5. Desvantagens do sistema de cotas: houve muitas divergências entre as respostas dos entrevistados, o que demonstra que a política de cotas precisa ser repensada; é preciso buscar mais subsídios entre os cotistas para que sejam sanados os pontos divergentes e se chegue ao consenso. Somente uma aluna afirmou não perceber vantagem no ingresso do sistema de cotas e que este estava gerando preconceito, como demonstra sua fala:

É uma forma de aumentar o preconceito, sim. Porque você separa um grupo de pessoas. Então, essas vagas são pra essas pessoas. Por quê? Qual a diferença? Porque é negra ela tem vaga separada pra ela? Ela não teria a capacidade de passar? Seria mais importante para aquelas pessoas que não têm condições de ter um ensino bom pra poder prestar uma prova de vestibular, do que para uma pessoa negra. Tem que colocar pra pessoas que não têm condições de fazer um 2º grau bom, de fazer um cursinho, aí sim. Mas, por causa dar cor de pele? Acho que só aumenta mesmo, o preconceito. (Rosália, em 23.03.2007, 19 anos)

Quadro 1

Vantagens e desvantagens do sistema de cotas, segundo os alunos cotistas.

| VANTAGEM | DESVANTAGEM |
|----------|-------------|
|----------|-------------|

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Dar oportunidade para aquelas pessoas que não tiveram oportunidades por razões socioeconômicas.</p> <p>Dar oportunidade para quem vem de escolas públicas e que, portanto teve um ensino deficitário.</p> <p>A presença do negro na universidade, que era mínima anteriormente.</p> <p>Contribuir para que a universidade se torne menos elitista, pois está dando chance às pessoas que não tiveram boas escolas entrar na universidade.</p> <p>Proporcionar mudanças no ensino e na qualidade de vida das pessoas negras.</p> | <p>Ser apenas para negro; na realidade deveria ser para alunos egressos de escola pública.</p> <p>O critério de ingresso; deveria ser para negro e por renda.</p> <p>Ser desconhecida por muitos; falta divulgação, o que faz haver muitas pessoas contra a política.</p> <p>Gerar preconceito.</p> <p>Ser uma medida superficial e emergencial; em vez de cotas, deveria haver medidas radicais no ensino básico.</p> <p>Haver pouco apoio ao cotista na UnB.</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: elaborado pelo autor em 2007.

6. Sugestões de reformulações na política de cotas para que esse alcance o sucesso almejado: os alunos se limitaram em reafirmar o que já haviam falado sobre as desvantagens. Eles argumentaram que as pessoas que se manifestam contra as cotas e os cotistas que negam essa condição, na realidade, desconhecem o programa. Falta, segundo eles, divulgação e apoio que os permitam enfrentar as dificuldades relacionadas com a questão do preconceito como também as materiais vivenciadas por esses alunos. Isso está demonstrado na fala a seguir:

É... tem que ser um processo não só dentro da universidade, mas também dentro da sociedade. É você criar visibilidade dos dois lados, na sociedade e dentro da universidade. Porque enquanto tiver esse preconceito, as pessoas às vezes podem ser beneficiadas, mas deixam de comparecer, de se declarar negro porque acham que vão sofrer preconceitos. Vai ser isso, vai ser aquilo; é pra ter um acesso a essas pessoas, para informar. Eu acho que precisa disso, de informação dos dois lados, tanto para quem está dentro como para quem está fora. E assim; assistência, também. Como já falei... manter o projeto, pra depois não falar: "fez pelo sistema de cotas, entra os negros, e não ficam dois semestres, três semestres e saem, tendo uma grande taxa de evasão". É atentar a estes detalhes que às vezes passam despercebidos. Então eu acho que está faltando isso, dar uma assistência aos cotistas; e as pessoas conhecerem, para às vezes até ajudarem. (Cláudia, em 20.03.2007)

Discussão

A posição dos alunos cotistas frente ao que eles consideram vantagem vai ao encontro da proposta de cotas implementada pela UnB, que é de tornar a universidade mais plural e menos elitista. Sobre as

desvantagens, a questão preocupante é a da permanência na universidade após o ingresso e, que, portanto, deve ser levada em consideração pelos gestores da política de cota.

É preciso haver debate não só dentro da UnB, mais também fora dela, esclarecimento às pessoas sobre tal ação afirmativa. Esse debate é necessário porque as notícias divulgadas pela mídia, geralmente, são fatos negativos. Muitos desconhecem que por trás dessa política existe um movimento social e que no passado outros também se dedicaram à causa negra, como a Frente Negra Brasileira símbolo da resistência contra o subjugo dos brancos, e o Teatro Experimental Negro que tinha como objetivo valorizar a contribuição cultural africana. (Nascimento, 2003). Por falta de conhecimento da política de cotas, os jovens, possíveis beneficiários, repetem um discurso pronto, tal qual “não vou fazer vestibular pelo sistema de cotas, porque tenho capacidade para concorrer pelo outro sistema”.

Os pontos que apresentaram maiores divergências foram as desvantagens, onde as opiniões se diversificaram; uns apontaram a questão da permanência, outros a falta de conhecimento da política tanto por parte dos alunos das escolas públicas quanto da sociedade civil, desconhecimento esse que pode ser causa de preconceito.

A maior barreira percebida foi o preconceito por parte de alguns cotistas em assumir seu ingresso pelo sistema de cotas, como por exemplo, alunas que apontaram outras que sabiam que eram cotistas, mas ao serem consultadas por essas se negavam a colaborar, alegando se sentirem constrangidas por serem cotistas e que, portanto, não queriam ser entrevistadas. Isso tornou o processo mais longo do que o esperado. Percebeu-se que alguns alunos não queriam ser reconhecidos na condição cotista. Aqui se encontra um grande problema, pois esses alunos serão os futuros professores que irão trabalhar em escolas numa perspectiva multicultural, porém se eles não se aperfeiçoarem dentro desta perspectiva, então continuará o impasse.

Considerações finais

Pelos resultados das diversas pesquisas, realizadas na década de 50, ficou evidenciada a existência de preconceito e discriminação racial contra a população negra e que as relações entre negros e brancos não eram harmoniosas, como afirmou Freyre (1963). Também pesquisadores que dedicaram seus estudos às relações raciais comprovaram por meio de dados estatísticos que esse preconceito existe, sendo a cor um fator preponderante.

Mediante essa constatação, os movimentos negros contemporâneos passaram a reivindicar políticas pontuais em benefício dessa população, visando a reversão desse quadro de desigualdades. Os resultados positivos dessas lutas travadas pelo movimento negro frente aos poderes constituídos, no Brasil, tiveram

como marco a Conferência de Durban, pois somente após a sua realização começaram a ser implementadas as políticas de ações afirmativas em diversas áreas - saúde, trabalho e educação.

A que tratamos neste artigo foi a política de cotas implementada em algumas universidades brasileiras, especialmente na UnB, no segundo semestre de 2004. Essa política visava promover a inclusão dos afrodescendentes no contexto universitário, que, até então, eram em número insignificante.

Esta pesquisa veio, com os seus resultados formais fornecer informações valiosas sobre a política de cotas, agora não mais provenientes de pessoas que se posicionam a favor ou contra, sem o devido conhecimento, mas pelos próprios beneficiários do sistema, que afirmaram ser ela responsável pelo reconhecimento da identidade racial, pelo despertar do interesse da cultura negra na universidade. Afirmam ser esta um facilitador para os estudantes que não frequentaram boas escolas no ensino médio, ingressarem na Universidade de Brasília [UnB], tornando a universidade mais plural.

As desvantagens apontadas dão subsídios para que essa política seja repensada, reajustada para atingir os seus objetivos. Assim, esta pesquisa se torna uma porta aberta para novas pesquisas e discussões.

Referências bibliográficas

- Bardin, Laurence (2004). *Análise de conteúdo*. (L. Antero Reto & A. Pinheiro Trad.). Lisboa Edições 70.
- Bauer, Martin W (2002). Análise de conteúdo clássica: Uma revisão. In Martin W Bauer & George Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp.189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bragança, M. G. V, & Oliveira, Z. M. F. (2005). Educação inclusiva: significado e realidade. *Linhas Críticas*, 11 (21), 217-227.
- Carvalho, José Jorge (2006). *Inclusão étnica e racial no Brasil: A questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial.
- Carvalho, J. J.de, & Segato, R. L. (2002). *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. [Mimeo]. Universidade de Brasília, Brasília, Df.
- Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988. (2006). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Freyre, Gilberto (1963). *Casa grande & senzala*. Brasília: UnB.
- Gaskell, George (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Martin W Bauer & Gaskell George (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp.64-89). Petrópolis: Vozes.

- Gomes, Joaquim Benedito Barbosa (2001). *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade (O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA)*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Haguette, Teresa Maria Frota. (2005). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes
- Hall, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.), *Da diáspora: Identidade e mediações culturais* (pp. 49-94). Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- Jaccoud, Luciana & Beghin, Nathalie (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA.
- Movimento Negro Unificado [MNU] (1996). *Por uma política de combate ao racismo e à desigualdade racial: marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida*. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda.
- Nascimento, Elisa Larkin (2003). *O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil* (p. 251). São Paulo: Summus.
- Richardson, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J.C. V., Correia, L., & Peres, M. H. M. P. (1999). Métodos quantitativos e qualitativos. In: R. Jarry Richardson., J. Augusto de Souza Peres., J. Costa Vieira Wanderley, L. Martins Correia Peres & M. de Holanda de Melo Peres (orgs), *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (pp. 70-89). São Paulo: Atlas.
- Siss, Ahyas. (2003) *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: Razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartel.
- Taylor, C. (1994). A política de reconhecimento. In: C. Taylor, K. Anthony Appiah, J. Habermas, S. C. Rockefeller, M. Walzer & S. Wolf (Eds). *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento* (M. Machado, Trad.). (pp. 45-94) Lisboa: Instituto Piaget.
- Universidade de Brasília-Cespe (2004). Boletim informativo: 2º vestibular. Retirado em agosto 29, 2006, de.
- http://www.cespe.unb.br/vestibular/arquivos/2004-2/BOLETIM_INFORMATIVO_2_VEST_.PDF
- Vieira, A. L.C. Política de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política (2003). In: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva & Valter Roberto Silvério (Orgs.), *Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a justiça econômica* (pp. 81-96). Brasília: INEP, 2003.